Capítulo 8

CRISE E RENOVAÇÃO DA ESQUERDA

No final dos anos 80, a esquerda atingiu o clímax de uma crise que teve início quase vinte anos antes. Nos países desenvolvidos, manifestou-se como uma crise do *Welfare State*. Nos antigos países comunistas, como uma crise do Estado e do modo estatista de produção. Na América Latina, foi também uma crise do populismo e da estratégia nacional-desenvolvimentista. É fundamental reconsiderar a questão da esquerda na América Latina, bem como no restante do mundo. É também fundamental reconsiderar nossa visão da América Latina, como tenho feito ao longo deste livro. Somente com uma nova interpretação para as causas da crise latino-americana seremos capazes de entender a nova esquerda que está surgindo.

Neste capítulo, analiso brevemente a crise geral da esquerda e depois o caso da América Latina. Procurarei demonstrar que a análise e as estratégias de desenvolvimento da esquerda latino-americana foram apropriadas para o período de 1930 a 1960, mas desde o início dos anos 60 a realidade afastou-se tanto dessa análise como dessa estratégia. A crise da esquerda, que se instaurou em todo o mundo desde o início dos anos 70, chegou à América Latina um pouco mais tarde — nos anos 80 — como resultado do colapso da estratégia de desenvolvimento que direita e esquerda haviam adotado desde os anos 30, a primeira a contragosto, a segunda, sem maiores restrições. Finalmente, em meados de 80, uma esquerda moderna, social-democrática ou social-liberal, começou a emergir na América Latina, entrando em conflito com a velha esquerda dos anos 50.

A CRISE DA DIREITA

Entre os anos 30 e 60, era a direita que estava em crise. Duas guerras mundiais, o crescente fortalecimento dos sindicatos e a Grande Depressão dos anos 30 deixaram claro que a combinação do liberalismo econômico com o conservadorismo político tornara-se incapaz de promover o desenvolvimento e garantir a paz doméstica e internacional.

O velho conservadorismo liberal era uma filosofia social baseada nos

princípios da tradição e da ordem. Defendia a desigualdade em nome de direitos hereditários. Era elitista senão racista. Baseava-se na crença de que o mercado é a melhor e única forma de regular a economia. Esta crença liberal, que passou para a defensiva durante os anos 30, ressurgiu nos anos 70 com nova força. Havia-se modernizado e se sofisticara intelectualmente. Um novo conservadorismo — o neoliberalismo — assumiu de forma agressiva e renovada a hegemonia no campo ideológico da direita.

Entre os economistas, essa nova direita corresponde às escolas austríaca, monetarista, novo-clássica e da escolha racional. É a direita neoliberal. É a direita cuja retórica baseia-se nos princípios da eficiência e da competição. Como é característico de todo pensamento conservador, ela prioriza a ordem em relação à justiça social. Ela justifica a desigualdade, não mais em nome de direitos divinos ou hereditários, mas com o argumento econômico de que essa desigualdade estimula o trabalho, a inovação e a eficiência.

Ao mesmo tempo em que a direita recobrou suas forças, a esquerda entrou num período de depressão profunda nos anos 80, após a onda de renovação dos anos 50 e 60 e a revolução estudantil de 1968. Essa crise teve uma causa fundamental: a estratégia de desenvolvimento estatista adotada pela esquerda, que fora um sucesso entre os anos 30 e 60, não mais lograva êxito a partir de meados de 1970.

De 1930 a 1960, a estratégia de desenvolvimento da esquerda moderada predominou em todo o mundo, mesmo quando coalizões políticas de esquerda não estavam no governo.¹ As experiências da direita nazista e fascista constituíram uma trágica exceção para a tendência geral, assim como a experiência estalinista na União Soviética. Há três esquerdas de fato relevantes para nossa análise deste período histórico: a da União Soviética, com o domínio da esquerda comunista; a dos países capitalistas desenvolvidos, onde a esquerda social-democrática e keynesiana (progressista ou “liberal”, conforme a terminologia norte-americana) apoiava o *Welfare State*; e, finalmente, a esquerda dos países em desenvolvimento em sua fase inicial de industrialização, onde se formava uma esquerda intervencionista e protecionista em torno de uma estratégia nacional-desenvolvimentista.

Desde os anos 30, essas três esquerdas, caracterizadas por um forte componente burocrático ou tecnoburocrático, substituíram a direita na definição da estratégia de desenvolvimento para suas respectivas sociedades.² Na América Latina, a esquerda utilizava, a médio prazo, Marx e a teoria estruturalista do desenvolvimento econômico, a curto prazo, a macroeconomia keynesiana. Violentando o pensamento de Keynes, procurava-se justificar déficits públicos crônicos com base em seu pensamento. Apesar de sua irracionalidade,

no início, as políticas econômicas alcançaram algum sucesso. Este sucesso foi redobrado quando a crise econômica foi superada durante a Segunda Guerra Mundial. O resultado foi o crescente desenvolvimento e os avanços sociais. No final dos anos 60, entretanto, os problemas começaram a aumentar, e já nos 70 o modelo de desenvolvimento conduzido pelo Estado apoiado pela esquerda perdeu força em todo o mundo.

Acabei de descrever um ciclo político, mas devemos também considerar as ondas ou ciclos longos de Kondratieff, bem como um ciclo de intervenção estatal na economia. Tais ciclos coincidiram e atingiram seu auge no início dos anos 70 para, em seguida, entrar em sua fase descendente. Nos países capitalistas, o crescimento da produção *per capita* começou a diminuir na mesma época. A taxa de crescimento da renda *per capita* caiu à metade em relação a vinte anos antes e a taxa de desemprego passou a aumentar. No outro extremo, está o estatismo de estilo soviético, cujo objetivo declarado era fortalecer o socialismo, eliminando a propriedade dos meios de produção. Aqui, o crescimento inicial baseou-se numa vasta mobilização de recursos e na poupança forçada, mas esse crescimento não podia ser mantido. A crise do estatismo foi detonada com o advento da *perestroika* em 1986 e atingiu seu ponto alto em 1989 com a revolução democrática nos países do Leste Europeu e o colapso do comunismo. Finalmente, há o intervencionismo protecionista do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina. A estratégia de substituição de importações logrou êxito ao estabelecer as bases para a industrialização, até os anos 60, aproximadamente, mas foi mais longe do que podia; nos anos 70 teve uma sobrevida, graças ao endividamento externo. Mas já nos primeiros anos da década de 80, a estagnação na renda *per capita* e as altas taxas de inflação já demonstravam o fracasso conclusivo desse modelo.

Embora a direita tenha participado no governo de políticas protecionistas e pseudo-keynesianas de déficits crônicos, a crise foi da esquerda. Mais precisamente, uma crise da estratégia das esquerdas, que de repente pareciam desprovidas de um projeto de desenvolvimento. As estratégias do *Welfare State* nos países do Primeiro Mundo, do estatismo puro nos antigos países comunistas e do protecionismo desenvolvimentista no Terceiro Mundo já não são mais apropriadas.

Embora esteja claro que a esquerda está em crise, é necessário, em nossa definição de esquerda, diferenciar o essencial e o contingente nas políticas de esquerda. Só assim poderemos entender porque a esquerda sempre existiu e sempre existirá. A cada nova crise, a esquerda deverá ser renovada para continuar a exercer seu novo papel como um agente promotor de maior justiça social.

A característica de um partido ou de um governo de esquerda está na

prioridade que ele dá à justiça social em relação à ordem. A esquerda está disposta a arriscar, até certo ponto, a ordem, em nome da justiça. A esquerda detém a crença otimista na idéia de progresso, de que a sociedade tende a se transformar e a melhorar. Outra convicção fundamental da esquerda é a de que o mercado é incapaz de automaticamente regular a economia e a sociedade, demandando algum grau de intervenção estatal. Finalmente, é essencial ter um socialismo democrático no horizonte. Um socialismo com traços utópicos, que não deve ser confundido com a eliminação da propriedade privada, muito menos com estatismo. Um novo socialismo que concentre seus esforços na defesa da democracia e dos direitos sociais, expressos em uma melhor distribuição de renda.

A crise da esquerda nos anos 80 originou-se na superação do estatismo nos antigos países comunistas e no esgotamento da estratégia nacional-desenvolvimentista na América Latina. Falta hoje à esquerda um projeto de desenvolvimento. Falta uma visão da história na qual ela possa ter um papel. Para superar sua crise em mundo globalizado em que o Estado entrou em crise, a esquerda precisa de uma nova estratégia de desenvolvimento e de distribuição de renda. Precisa abandonar idéias e propostas que se tornaram arcaicas, sem abandonar seu compromisso fundamental com a justiça social. Neste capítulo, porém, em vez de aprofundar a discussão sobre a crise geral da esquerda, vou concentrar minha atenção na esquerda latino-americana.

ESQUERDA E PACTO POPULISTA

Na América Latina, a Grande Depressão dos anos 30 sinalizou a crise da dominação oligárquica conservadora e a ascensão ao poder dos partidos e governos populistas. O populismo não é uma ideologia ou uma prática política exclusiva da esquerda. Pelo contrário, o populismo geralmente se expressou em líderes políticos de direita. Mas os partidos latino-americanos de esquerda participaram com freqüência de governos populistas e se confundiram com eles, embora alguns dos setores mais radicais da esquerda tenham sido reprimidos por esses governos. Nos pactos populistas, que foram dominantes na América Latina entre os anos 30 e os anos 50, a esquerda, formada principalmente por intelectuais da nova classe média tecnoburocrática, estava aliada aos empresários industriais, aos setores da oligarquia agrário-comercial em processo de modernização e aos trabalhadores urbanos. Seu papel na coalizão política era principalmente intelectual: tornar hegemônica, ideologicamente dominante, a estratégia nacional-desenvolvimentista.

A análise feita pela esquerda entre os anos 30 e 50 era simples e basicamente correta. A América Latina era uma região agro-exportadora subdesenvolvida em transição do pré-capitalismo e/ou do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. A causa de seu subdesenvolvimento ou, mais precisamente, o maior obstáculo ao seu desenvolvimento residia na natureza primário-exportadora das economias latino-americanas e no comércio desigual estabelecido entre os bens industrializados produzidos no centro e os produtos minerais e agrícolas da periferia. A indústria na América Latina estava ainda em seu estágio infante e era permanentemente ameaçada pela competição dos países industrializados e pelos interesses internos contrários à industrialização. A burguesia agrário-mercantil, aliada, primeiro, ao imperialismo britânico e, mais tarde, ao norte-americano, opunha-se à industrialização, que contrariava seus interesses, utilizando, para isto, de argumentos liberais — particularmente o da lei das vantagens comparativas do comércio internacional — e afirmando que a industrialização seria sempre “artificial”, dada a vocação agrária da região.

Baseada nessa análise econômica e política, a grande tarefa da esquerda era denunciar essa aliança conservadora e aliar-se à burguesia industrial nascente. A industrialização era definida como seu objetivo prioritário. Para industrializar, era necessário assumir uma posição nacionalista contra o imperialismo — na realidade, contra a competição externa. A indústria nascente necessitava de uma política protecionista para promover seu crescimento. Um mercado doméstico, embora de dimensões diversas, já existia em cada país. Esse mercado, se devidamente protegido, poderia ser suprido pelas indústrias nacionais. Aqui, temos o modelo de industrialização por substituição de importações. Nos casos em que as barreiras crescentes à importação fossem insuficientes para estimular o investimento privado (especialmente nos setores de infra-estrutura capital-intensivos, como energia, transportes e insumos básicos), o Estado teria de responsabilizar-se diretamente pelos investimentos.

Essa estratégia de longo prazo, formulada por notáveis economistas estruturalistas como Raul Prebisch, Celso Furtado, Ignácio Rangel e Aníbal Pinto, era complementada por uma tendência populista, no curto prazo, de desconsiderar, ou minimizar, as limitações orçamentárias. Termos como ajustamento e estabilização eram proibidos ou vistos de forma negativa. Entendia-se o déficit público, com base numa abordagem pretendidamente “keynesiana”, como um instrumento eficaz e permanente para estimular a demanda efetiva e combater o desemprego e a capacidade ociosa. Os aumentos nominais de salários também eram indiscriminadamente apoiados a partir do mesmo raciocínio ao qual se acrescenta o desejo de distribuir a renda. A dívida externa era vista como uma forma mais apropriada para financiar o desen-

volvimento do que o investimento direto pelas empresas multinacionais. Como, porém, esses empréstimos não estavam disponíveis, a América Latina era obrigada a aceitar os investimentos multinacionais. Embora houvesse grande oposição a esses investimentos nos setores mais à esquerda, estes foram sendo crescentemente aceitos pela tendência dominante nos pactos populistas. O nacionalismo desenvolvimentista era essencialmente protecionista: protegia a indústria local contra a competição das importações, mas não se opunha aos investimentos diretos advindos das empresas multinacionais.

Embora sujeita a crises recorrentes — em função da natureza populista das políticas econômicas envolvidas, que provocavam crises no balanço de pagamentos, desvalorizações cambiais abruptas, aumento da taxa de inflação e inevitáveis programas de estabilização ortodoxos —, esta visão do pacto populista predominou e obteve amplo sucesso na América Latina dos anos 30 aos 50. Houve, é claro, disputas internas. A esquerda, dentro dos limites do pacto populista, tendia a favorecer um maior controle estatal e a ser mais nacionalista do que os empresários industriais. Estes não se mostravam sempre dispostos a aceitar as análises e estratégias propostas pela esquerda, considerando-as propensas ao controle estatal e ao nacionalismo. Mas, na prática, as empresas se beneficiavam e apoiavam a estratégia populista nacional-desenvolvimentista. A industrialização na América Latina apresentou enorme crescimento a partir dos anos 30. E, ainda nos anos 60, o sucesso dessa estratégia era inegável. Basta observar os dados sobre o crescimento do produto, e a crescente participação da indústria nesse produto, para perceber esse sucesso.

É significativo e paradoxal que a estratégia de desenvolvimento da esquerda não tenha promovido a distribuição de renda. Nacionalismo, desenvolvimentismo, protecionismo, ênfase sobre o mercado doméstico, poupanças forçadas impostas pelo Estado e a aplicação dessas poupanças tanto na criação de empresas estatais como no subsídio às empresas privadas eram os fundamentos da economia política da esquerda, embora favorecessem fundamentalmente a acumulação privada. Isso explica como, em seguida à crise dos anos 60, essa estratégia populista — que nunca havia sido exclusivamente uma abordagem da esquerda — tornou-se a estratégia nacional-desenvolvimentista do *establishment* latino-americano, inclusive o militar.

A ESQUERDA NOS ANOS 70

Os primeiros sintomas claros da crise da estratégia de desenvolvimento populista começaram a surgir nos anos 60. Os regimes autoritários, tecno-

burocrático-capitalistas, estabelecidos naquela época na América Latina, a partir da revolução de 1964 no Brasil — uma espécie de modelo para outros países — foram a resposta para essa crise. Na realidade, os novos regimes foram uma extensão da estratégia nacional-desenvolvimentista de industrialização, mas com a exclusão radical da esquerda e dos trabalhadores que, durante o período populista, tinham voz. É significativo, entretanto, que a direita, que agora detinha o poder sozinha, não tinha proposta alternativa. Seu objetivo continuou a ser a industrialização, sua estratégia fundamental permaneceu a substituição de importações, e sua principal ferramenta ainda eram as empresas estatais. De fato, esta última característica tornou-se mais pronunciada porque os regimes autoritários são o fruto da aliança entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal cujo poder, por definição, origina-se no Estado.

Não obstante seu caráter pretensamente modernizador e antipopulista, apenas um aspecto era novo na estratégia de desenvolvimento autoritária, além de seu caráter socialmente excludente. O endividamento externo, que não estava disponível até então, tornara-se possível a baixas taxas de juros. A formação do Euromercado financeiro e a necessidade de reciclar os petrodólares tornaram a oferta de capital, sob a forma de empréstimos, abundante. Todos os países latino-americanos se endividaram. A dívida tornou-se a forma por excelência, para os regimes autoritários associados ao capital internacional, de garantir a sobrevivência da velha estratégia de desenvolvimento baseada na substituição de importações.

Durante esse período, particularmente nos anos 70, a esquerda promoveu certo tipo de auto-análise e autocrítica, mas de forma muito limitada. Uma parte da esquerda deu-se conta que, até os anos 60, não havia prestado atenção suficiente à questão da democracia, que em muitos casos havia subordinado a democracia ao desenvolvimento. Agora isto não era mais possível. A experiência ditatorial era muito dura, a violência contra os direitos humanos era agora sentida na carne. A parte da esquerda que começava a renovar-se percebeu também que as empresas multinacionais não eram necessariamente contrárias ao desenvolvimento econômico. Finalmente, veio a perceber os efeitos concentradores do modelo de industrialização existente, mas atribuiu-os às políticas autoritárias adotadas pelos regimes militares em vez de reconhecer o caráter intrinsecamente perverso da estratégia de substituição de importações, dado seu caráter altamente capital-intensivo.

O modelo de substituição de importações e o protecionismo em que estava baseado não eram então objeto de crítica dentro da esquerda. A industrialização voltada para o mercado interno (*industrialización hacia adentro*) continuou sendo a prioridade. A competitividade internacional era ignorada. O

desenvolvimento tecnológico estava também prejudicado, vítima de uma analogia com a substituição de importações. Embora isto não fosse de fato viável, o objetivo, em termos de ciência e tecnologia, era também autárquico — busca de competência em todos os setores em vez de excelência em determinados setores que pudessem ser internacionalmente competitivos. Em termos de política econômica de curto prazo, idéias como estabilização econômica, ajustamento fiscal, eliminação de déficit público e medidas de austeridade eram desprezadas. Seriam invenções dos monetaristas, propostas do Fundo Monetário Internacional, criações da direita. Marx, Keynes e Schumpeter eram espuriamente invocados para justificar essas visões esdrúxulas, tipicamente populistas.

OS FATOS NOVOS

Desde os anos 60, a esquerda latino-americana encontra-se em crise porque sua estratégia de desenvolvimento perdeu validade. A esquerda ainda não tinha consciência de sua própria crise porque toda sua força estava mobilizada na batalha pela redemocratização. Ao longo dos anos 70, não apenas a esquerda mas também a direita fracassaram ao perceber que a velha interpretação das causas do subdesenvolvimento latino-americano não era mais adequada e que uma nova estratégia tornava-se necessária para estabilizar a economia e promover novamente o desenvolvimento.

A velha interpretação não era mais correta porque havia sido modificada pelos fatos. A América Latina não era mais um continente em transição para o capitalismo, mas se tornara definitivamente capitalista, ainda que esse capitalismo fosse muitas vezes arcaico e excludente. A indústria latino-americana não era mais uma indústria nascente, mas sim madura, embora não competitiva internacionalmente. A inabilidade de muitas indústrias em competir em nível internacional não se devia ao fato de serem novas mas, antes, ao resultado da insuficiente dimensão do mercado nacional e à falta de incentivos para incorporar progresso técnico, dado o caráter excessivamente protegido do mercado interno.

A velha estratégia de desenvolvimento não era mais funcional. Com o esgotamento do modelo de substituição de importações, tornou-se necessário orientar as economias latino-americanas em direção às exportações e à competitividade internacional. Na primeira fase da industrialização, o Estado havia sido o principal agente da constituição de poupança forçada e da acumulação de capital; agora a crise fiscal do Estado exigia que essas funções fossem transferidas para o setor privado. O modelo de substituição de importações e a forte

intervenção estatal são efetivos no primeiro estágio da industrialização, quando poupanças forçadas e acumulação precedem a redução de custos ou eficiência. Mas, num segundo estágio, os países deveriam adotar uma estratégia voltada para o mercado e conduzida pelas exportações. A prioridade deixava de ser a acumulação forçada e passava a ser o eficiente uso de recursos.

Com empréstimos externos, os regimes autoritários foram capazes de adiar a reforma econômica e o ajustamento fiscal nos anos 70. Os resultados foram sérios desequilíbrios macroeconômicos e uma imensa dívida externa. Quando, no início dos anos 80, o processo de crescente endividamento chegou ao fim, o Estado nos países latino-americanos tornou-se vítima de uma crise fiscal. O tempo para seu crescimento havia terminado, e era necessário agora reduzi-lo, reformá-lo. Era hora de ajustamento fiscal, privatização, desregulação e liberalização comercial. O Estado renovado deveria agora intervir em novas áreas, promover o bem-estar social e a competitividade internacional.³

TRANSIÇÃO INTELECTUAL E NOVA ESQUERDA

Nos anos 80, eclodiu a grande crise. Esta era a hora de a esquerda reconhecer que a estratégia nacional-desenvolvimentista promovida dos anos 30 aos 50 não era mais relevante. Essa mudança ocorreu, mas mais vagarosamente. Uma transição intelectual semelhante — embora na direção inversa — àquela exigida dos conservadores nos anos 30 estava sendo agora exigida da esquerda. Não obstante, amplos setores da esquerda continuaram a pensar em termos de anos 50, mantendo o nacionalismo e o controle estatal como seus princípios básicos. Este grupo arcaico confundia o que era essencial para a esquerda — o compromisso efetivo com a distribuição de renda e a democracia — com uma estratégia de desenvolvimento que, por definição, era transitória.

A direita latino-americana, que também precisava mudar porque havia aderido à estratégia de crescimento conduzida pelo Estado, entendeu a nova situação mais rapidamente. Quando no poder com o sistema militar, também havia adotado uma estratégia nacional-desenvolvimentista, mas o liberalismo é inerente ao pensamento conservador. O nacionalismo nunca foi aceito totalmente pela direita, devido a seus vínculos ideológicos com o capitalismo internacional.⁴ Seu pensamento tende a ser a-histórico, considerando cada estratégia ou por definição adequada ou por definição inadequada. Não entende que uma estratégia de desenvolvimento baseada no protecionismo e na intervenção estatal pode ser inicialmente eficiente e, mais tarde, tornar-se ineficiente em virtude de se haver alcançado um novo estágio de desenvol-

vimento, porque fatos históricos novos intervieram. Quando o fracasso da estratégia nacional-desenvolvimentista ficou claro, os conservadores esqueceram seu comprometimento anterior com uma estratégia de desenvolvimento orientada para o Estado e se tornaram liberais se não radicalmente neoliberais. Muitos sentiram-se triunfantes.

A esquerda permaneceu em crise profunda. Além da crise da antiga estratégia de desenvolvimento, havia uma crise mais ampla da esquerda, uma em escala internacional, marcada pelo colapso do comunismo e a evidência de que a mera eliminação da propriedade privada não constituía rota para o socialismo. Como resultado, uma transição intelectual ocorreu entre muitos dos representantes da esquerda. A democracia social, que no passado era vista com desconfiança, passava agora a ser crescentemente aceita. O populismo econômico, o antigo nacionalismo e o estatismo passavam a ser condenados, identificados a formas arcaicas de esquerda. A nova esquerda que realizava seu “aggiornamento” desenvolveu a consciência de sua crise e percebeu o imperativo de sua modernização.

Uma nova esquerda vem surgindo nos países centrais desde os anos 70. Por um lado, essa nova esquerda tem veementemente criticado as formações estatistas ou burocrático-socialistas que prevaleceram nos chamados países socialistas e a correspondente redução do pensamento de Marx a uma ortodoxia burocrática. Por outro lado, reconhece novas realidades: o meio ambiente e os movimentos feministas; a concepção de democracia como um processo de mudança radical; e a luta por condições de trabalho menos alienantes em que, pela participação no nível operacional dos trabalhadores, estimulem-se sua criatividade e cooperação. Além disso, atribui aos partidos social-democráticos a missão de administrar o capitalismo (para o qual não há alternativa hoje) de forma mais competente e justa que o fazem os partidos conservadores. Esta nova esquerda social-democrática e moderada permanece fiel às idéias keynesianas, mas não confunde política econômica keynesiana com populismo econômico.

Todas essas novas idéias e tendências provenientes de vários quadrantes, constituem uma nova esquerda — uma esquerda moderna que se vem desenvolvendo de várias maneiras. Durante a década de 60, ouvíamos falar sobre uma “nova esquerda” nos países desenvolvidos. Nos anos 70, nos Estados Unidos, dentro do Partido Democrático, nascia uma nova corrente de políticos progressistas, que algumas pessoas identificavam como “os filhos de Kennedy” e William Schneider (1990)⁵ equivocadamente chamou de “neoliberais”. Esses jovens políticos deram muito mais ênfase ao mercado que à eficiência, e assim eram equivocada e freqüentemente vistos como conserva-

dores. Schneider (1990: 4) perguntou ao congressista Andrew Maguire, que pertence a esse grupo, se este se considerava um “liberal” no sentido norte-americano da palavra, ou seja, um progressista ou social-democrático. Ele respondeu afirmativamente e acrescentou: “Temos tentado redefinir a palavra. Temos tentado dizer que as palavras liberal e conservador são enganosas ao invés de esclarecedoras”. Esses novos políticos progressistas visavam combinar a “tradição liberal (progressista) com os valores de pragmatismo, eficiência e bom governo, de forma que as coisas dessem certo” (Schneider, 1990:5). A vitória de Bill Clinton, em 1992, nas eleições presidenciais nos Estados Unidos, foi o resultado desse conceito de modernidade.

O conceito tem alguns pontos de contato com a perspectiva neoliberal, principalmente na medida em que atribui um papel prioritário para o mercado na alocação de recursos. Mas é claramente diferente dessa perspectiva. Na verdade, embora os Estados Unidos não tenham partido político social-democrático, a modernidade de Clinton é social-democrática ou, mais precisamente, social-liberal. Clinton e seus partidários são tão comprometidos com o mercado quanto com o bem-estar social. Contam com o mercado, mas também com o Estado, para coordenar a economia. Sabem que uma verdadeira democracia requer a defesa não apenas dos direitos políticos, mas também de direitos sociais.

Dessa forma, há uma nova esquerda no mundo e também na América Latina. É uma esquerda moderna, em oposição à esquerda arcaica, que ficou presa aos princípios nacionalistas e populistas que defendiam nos anos 50. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, parecia estar destinado a assumir o papel de esquerda moderna, já que seus quadros se encontravam entre os setores mais modernos da classe trabalhadora do Brasil. Este partido, entretanto, foi aos poucos sendo dominado pela burocracia civil sediada no Estado e nas empresas estatais e, assim, incorporou a velha ideologia da esquerda nacionalista e protecionista. Não sabemos ainda se de fato o PT pode tornar-se um moderno partido de esquerda. No final dos anos 80, depois que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) transformou-se num partido meramente populista, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado. O PSDB significa a expressão brasileira da nova esquerda, mas as dificuldades que enfrenta são grandes. Esta esquerda moderna é continuamente confrontada pela esquerda arcaica e corporativa, que fala em nome dos sindicatos de funcionários públicos e empregados de empresas estatais. É também confrontada pelos setores patrimonialistas de centro-direita, que fazem da confusão entre patrimônio público e privado, do clientelismo ou do fisiologismo, sua estratégia política de buscar rendas e de se reeleger.

Durante a campanha presidencial de 1989, o programa do PSDB “Desafios do Brasil e o PSDB” exemplificou a tentativa do partido de definir-se como a voz da moderna esquerda social-democrática. A vitória de seu candidato, Fernando Henrique Cardoso, nas eleições presidenciais de outubro de 1994, finalmente abriu a oportunidade para esta nova esquerda — comprometida com a disciplina fiscal e a reforma voltada para o mercado, bem como para a justiça social — a pôr em prática o seu programa. Terá, entretanto, de fazer concessões aos setores de direita que a ela se aliaram.

A velha esquerda ainda existe. Não só nos partidos políticos mas também na cabeça daqueles que se imaginam membros da esquerda, bem como entre aqueles da direita que, ao criticar a esquerda, identificam-se com a velha esquerda. Sua característica fundamental é não entender as mudanças que ocorreram na América Latina. Não percebe que o mundo mudou, que o Brasil alcançou um novo estágio de desenvolvimento, e que a estratégia da esquerda precisa mudar correspondentemente. Ao contrário, acusa aqueles que mudaram, que realizaram sua transição intelectual, de conservadores, de pertencerem à direita. Minha experiência no Ministério da Fazenda em 1987 claramente ilustrou esse fenômeno.⁶ Nas eleições presidenciais de 1994, o fato de Fernando Henrique ter recebido o apoio da direita moderada foi fortemente criticado pela velha esquerda, que via na coalizão então formada uma traição aos ideais de esquerda, não percebendo que a distância entre os social-democratas e os liberal-democratas havia diminuído, na medida em que os primeiros se tornavam social-liberais, e os segundos, liberal-sociais. Intelectuais e políticos da direita, por sua vez, não se apercebiam que uma parcela considerável da esquerda mudou e continuam a retoricamente definir a esquerda como um todo em termos arcaicos.

A nova esquerda, no entanto, é uma realidade. É uma realidade nos partidos social-democráticos na Europa. Os novos democratas nos Estados Unidos e o presidente Clinton são a manifestação norte-americana e muito moderada dessa nova esquerda. Não chegou ainda ao poder na América Latina, exceto como parte de coalizões políticas (no Chile em 1990 e no Brasil em 1995). A nova esquerda rejeita o populismo, o nacionalismo, o protecionismo e os crônicos desequilíbrios nas finanças públicas que definiam a velha esquerda e o populismo em geral. Rejeita também o internacionalismo, a crença de que os países desenvolvidos encarnam a verdade e a racionalidade; rejeita o neoliberalismo, o argumento retórico em favor do Estado mínimo; rejeita o individualismo e o pessimismo radical ao ser moderadamente otimista em relação às possibilidades da solidariedade social; rejeita a ênfase impiedosa na produção adotada pela nova direita. A nova esquerda afirma

os valores criativos da democracia; considera uma distribuição de renda mais igualitária seu objetivo fundamental; arriscará a ordem em nome da democracia e da justiça social. É uma esquerda social-democrática porque enfatiza a democracia como conquista dos trabalhadores; é social-liberal porque afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia, embora afirme o caráter essencial da intervenção do Estado no plano da promoção do econômico e na busca de uma melhor distribuição de renda. A nova esquerda quer promover novas formas de participação dos trabalhadores. Está preparada para governar economias capitalistas, considerando-se mais capaz que os capitalistas propriamente ditos na administração dessas economias. A nova esquerda entende que a social-democracia não é uma resposta a todos os problemas do mundo ou mesmo àqueles da esquerda, mas está convencida de que ao promover o capitalismo social-democrático ou social-liberal, o socialismo democrático de mercado será um dia possível.